

BOLSAS	Índice da Bóvespa de valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	C-BOND	Comercial/venda, segunda-feira (em R\$)	DÓLAR	Últimas cotizações (em R\$)	EURO	Onça troy na Comex de Nova York (em US\$)	OURO	CDI	INFLAÇÃO
 +1,45 Nova York	19.546 20.446	0,91 (▲0,90%)	3,112 (▼0,64%)	31/maio 3,19 01/junho 3,14 02/junho 3,13 03/junho 3,15 04/junho 3,13	3,903 (▲0,26%)	394,10 (▲0,92%)	15,73	Dezembro/2003 0,52 Janeiro/2004 0,76 Fevereiro/2004 0,61 Março/2004 0,47 Abril/2004 0,41		

POLÍTICA ECONÔMICA

Ministério da Fazenda fecha as portas para a redução de tributos no Brasil, mesmo diante de uma experiência de aumento da arrecadação com a queda na alíquota do ICMS sobre o álcool no estado de São Paulo

Impostos não caem

ARNALDO GALVÃO

ENVIADO ESPECIAL

SÃO PAULO — Em um seminário sobre combate à sonegação fiscal, à pirataria e à informalidade em São Paulo ficou clara a disposição do governo federal em não reduzir alíquotas de tributos, mesmo que o resultado de experiências já adotadas, no Brasil, tenha sido o aumento de arrecadação. Depois de ouvir o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), comentar que a redução do ICMS de 25% para 12% no álcool combustível resultou em aumento de 7% na arrecadação do estado, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, disse que o feito conseguido por São Paulo é "raríssimo". Para ele, o fato de mais gente passar a pagar um imposto quando ele é menor não pode ser considerado uma regra, mas exceção.

A redução de alíquotas de impostos e contribuições foi apontada pelo Instituto Etc — que encenou um estudo sobre o assunto à consultoria McKinsey

— como uma das soluções para reduzir a sonegação fiscal, o que teria efeitos diretos para diminuir o nível de informalidade da economia brasileira. Além disso, tornaria o produto brasileiro mais competitivo e incentivar o consumo, já que os preços poderiam ser reduzidos.

Lisboa, no entanto, considera mais eficiente e

menos arriscado melhorar os mecanismos legais que permitem a cobrança de impostos atrasados na Justiça e também o recebimento de dívidas privadas que não foram pagas. Dessa maneira, o secretário acredita que os bons pagadores e contribuintes que respeitam a lei e os contratos deixarão de ser penalizados.

Essa seria, na opinião de Lisboa, apenas uma das medidas que o governo está analisando para aperfeiçoar a economia e reduzir a informalidade. A redução da carga tributária sobre a folha de salários das empresas está na agenda dos Ministério da Fazenda.

O secretário justificou sua posição citando a principal conclusão de uma pesquisa realizada em São Paulo. O depoimento de aproximadamente 600 micro-empresários revelou que as dificuldades burocráticas são mais relevantes que a carga tributária para determinar as causas da informalidade.

O seminário "Brasil paralelo versus Crescimento Econômico", realizado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etc), apresentou uma pesquisa que revela 25 pontos que mais prejudicam o equilíbrio na competição entre as empresas. Além de Alckmin e Lisboa estiveram presentes o professor do Ibmec Eduardo Giannetti da Fonseca, o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton, o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, o ex-secretário

CARGA
O peso dos tributos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) saltou de
27% em 1994 para
37% em 2003

Grande Paraguai
A raiz do aumento dos gastos públicos no país — causa da elevação da carga tributária — decorre, segundo o professor, da relação entre União, estados e municípios estabelecida na Constituição Federal de 1988. "Desde 1990, foram criados mais de mil novos municípios e muitos deles gastam mais com o pagamento das câmaras de vereadores do que com saneamento básico", lamentou. O peso dos tributos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) saltou de 27% (1994) para 37% (2003). "É uma carga tributária de país desenvolvido com programas sociais de país africano. Há alguma coisa profundamente errada nas finanças públicas do Brasil e isso está matando a galinha dos ovos de ouro que é o setor privado", criticou.

O setor privado, na análise de Giannetti, já está no limite de suportar esse aumento dos gastos do Estado com o pagamento de tributos. As empresas formais não conseguem crescer junto às classes média e alta porque a economia está estagnada e também porque suas concorrentes informais estão ganhando espaço nas camadas mais pobres da população. Ele afirma que, nesse aspecto, o governo Lula está repetindo o padrão de aumento da carga tributária praticado por Fernando Henrique Cardoso. "Não é só a foto que preocupa. O filme é ruim. Em larga medida, o Brasil já é um grande Paraguai", lamentou o professor.

A INFORMALIDADE

Cerca de 40% da economia e 50% do emprego urbano no Brasil são informais

NO MUNDO

Em % da renda nacional bruta

Rússia	46,1
Brasil	39,8
Colômbia	39,1
Mundo	32,5*
México	30,1
Coréia do Sul	27,5
Argentina	25,4
Índia	23,1
Chile	19,8
Austrália	15,3
China	13,1
EUA	8,8

*Média de 133 países analisados pelo Banco Mundial

NO MERCADO DE TRABALHO

Em % da mão-de-obra urbana

Africa subsaariana	80
Índia, Paquistão, Filipinas, Indonésia	70
Turquia, Tailândia, Brasil	50
México	40
Chile	38
Portugal	30

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) e Banco Mundial

NO BRASIL

Setores com maior incidência de informalidade

	Participação no total de empregos (%)	Informalidade (%)
Agricultura, pecuária	19,8	90
Serviços pessoais	1,7	79
Serviços domésticos	7,7	72
Construção	7,1	71
Vestuário e acessórios	1,9	62
Alojamento e alimentação	3,7	59
Atividades recreativas, culturais	1,3	57
Têxteis	1,1	56
Comércio	14,2	54
Móveis	1,1	51
Varejo de combustíveis	2,9	51

Arte: Anderson Araújo

